

APRESENTAÇÃO DA MINISTRA

INTRODUÇÃO

Ilustres membros do Comité
Excelências
Minhas Senhoras e Senhores

Em primeiro lugar, gostaria em nome do Governo de S. Tomé e Príncipe e em meu pessoal apresentar as personalidades aqui presentes as mais cordiais saudações e dizer que é para nós motivo de honra poder neste momento responder pela implementação da CDC no nosso país, conscientes da enorme responsabilidade que hoje sobre nós pesa.

Gostaríamos igualmente de reafirmar, e a nossa presença é o vivo testemunho, da nossa firme determinação em tudo fazer para que as crianças de STP sejam felizes e possam ter um futuro promissor.

Permitam-me que aproveite a ocasião para apresentar os elementos que compõem o Comité multisectorial que há longos de vários meses têm dado todo o seu contributo na edificação desta obra em prol do bem estar das crianças de STP. Não posso deixar de resaltar o apoio contínuo e presente da UNICEF em STP, velando pela aplicação do leque das acções programadas de 2002- 2004.

Permitam-me que sumariamente apresente STP, sobretudo para aqueles que o desconhecem.

A República Democrática de S. Tomé e Príncipe é formada por duas ilhas e quatro ilhéus localizados ao Oeste do continente africano, em pleno Golfo da Guiné.

2
A ilha de S. Tomé fica a 360 km do continente e a do Príncipe a apenas 269 km. A Ilha do Príncipe situa-se, aproximadamente, a 160 km ao norte da ilha de S. Tomé. A área aproximada de S. Tomé é de 859 km² e a do Príncipe 142 km², num total de 1001 km² para todo o território nacional, ~~com~~

S. Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, com cerca de 140 mil habitantes e que figura entre os países menos avançados (PMA), com um PIB por habitante que ronda os USD 390,00, com uma superfície de 1001 km².

STP depende de um único produto de exportação, o cacau, tem visto a sua produção cair ao longo de várias décadas, o que tem levado a um desempenho extremamente modesto da economia desde a independência.

Face à situação de empobrecimento contínuo do Estado, este vê-se obrigado a recorrer a créditos exteriores e a donativos para investir nas suas infra-estruturas económicas e sociais.

Os donativos externos, através dos fundos de contrapartida ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 1996 e 1997 foram de 1.518 e 3.143 mil milhões de dobras respectivamente, ou seja 10% e 9,7% das receitas totais arrecadadas pelo Estado (Direcção de Finanças, 1996, 1997)

Desde 1987, o país tem aplicado de acordo com as directrizes de Breton Woods, uma política de Ajustamento Estrutural (PAE), com o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), e estamos actualmente no processo para aligeirar o peso da nossa dívida externa (iniciativa HIPC), que nos conduzirá ao perdão da mesma e simultâneamente tem contribuído para financiar algumas accões no domínio social.

No início dos anos 90, o país conheceu mudanças notáveis, tanto sob o ponto de vista político como económico, com abertura

democrática, o que permitiu o reforço do processo da reforma macro-económico no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural iniciado em 1987.

O sistema é pluripartidário e existe o contraditório democrático, eleições livres onde as regras de um Estado de Direito Democrático constituem uma realidade e garantia para o fortalecimento e respeito dos princípios consagrados na Constituição da República.

* - APESAR DA INSTABILIDADE.
- LEI DO DIÁLOGO
- FORUM DE UNIDADE NACIONAL

Apesar das grandes dificuldades que conhece actualmente a economia Sãotomense, as perspectivas da extracção do petróleo parecem dar um novo alento à economia. Tendo em conta que negociações encontram-se em curso com diversos parceiros, dos quais se destacam as negociações com vista à exploração conjunta com a República Federativa do Nigéria.

* LEI PARA a CRIAÇÃO dos RECORRIMENTOS de petróleo - Criação proposta pelo STP

Em 1991, STP, ratificou a CDC e a partir desta data é de relevar o reconhecimento formal dos direitos fundamentais das crianças.

imposição do Comité

Existe um comité que tem como objectivo essencial a implementação e promoção da CDC. Um importante trabalho tem sido levado a cabo à nível das escolas e a cobertura da distribuição da CDC é bastante satisfatória. O Comité encontrou uma forma simplificada de apresentar de modo a torna-la mais atractiva, criando interesse das crianças e dos adultos.

A assinatura por STP da CDC em 1991 criou uma nova dinâmica no país que permitiu chamar a atenção da sociedade para os problemas gritantes que afectam a criança santomense, colocando assim a problemática da criança na Agenda Nacional para o Desenvolvimento.

Essa dinâmica assim gerada conduziu, ao nível da Sociedade Civil, ao surgimento de uma série de ONGs vocacionadas para a problemática da criança as quais com maior ou menor dificuldade

vêm dando um contributo significativo para busca de soluções para os problemas. Hoje estas orgaos estas planificadas por uma entidade e com dependência legal esta sendo o lançamento de forma de conciliação e enquadramento jurídico legal.

Do lado do Aparelho de Estado traduziu-se numa maior atenção a esse grupo social com reformas estruturais e democráticas que directa ou indirectamente teriam, com o decurso do tempo, um impacto positivo contribuindo para reverter a médio prazo uma tendência negativa que se instalou desde os finais da década de 80 com a introdução do Programa de Ajustamento Estrutural em 1987, negociado com as instituições de Bretton Wood.

Podemos de maneira sintetica considerar que a o Governo aposta na melhoria de três dominios essenciais, com impacto directo na vida das crianças. A educação, saude e justicia.

SITUAÇÃO ACTUAL

EDUCAÇÃO – SITUAÇÃO ACTUAL

A Lei estabelece a escolaridade obrigatòria ate a 6 classe ou seja ate aos 14 anos.

O sistema Educativo de STP compreende a educação pré-escolar, a escolar e extra-escolar. Na nova estrutura do ensino aprovada para STP, a educação escolar compreende os ensinios **básicos, secundários e superior** e integra também modalidades especiais (alfabetização, ensino especial, etc).O ensino básico é de 6 anos no total e compreende 3 ciclos: 1º ciclo com 1ª e 2ª classes; 2º ciclo com a 3ª e 4ª classes e o 3º ciclo com a 5ª e 6ª classes.

Na prática não existe uma integração entre os 3 ciclos integrantes do ensino básico tal como prevista na Lei, tanto do ponto de vista da organização curricular, como da estrutura física da rede, da gestão e da administração escolar.

Do fraco nível de financiamento, a que se juntou uma real incapacidade de definição de uma política educativa e de estratégias consequentes até ao presente, resultou que o sistema se debate com problemas de escassez de escolas: carências de professores e de gestores; disparidade geográfica de acesso, com os mais pobres em situação de nítido desfavorecimento; má qualidade do processo de ensino-aprendizagem, traduzidos em última análise num baixo nível de eficiência interna.

DESAFIOS → Assim, o Governo ^{com suas políticas} preconiza:

- Reforma Educativa com definição e aprovação de uma política educativa com o respectivo plano estratégico;
- Organização do sistema de 6 classes e por ciclos visando a escolarização de todas as crianças de 7 a 12 anos até 6ª classe com redução drástica dos abandonos e reptências;
- Reforma curricular (novos curricular, programas e manuais);
- Reforço do financiamento do Sistema educativo;
- Alargamento e adaptação da rede física
- Melhoria da gestão e da administração do sistema;
- Formação de professores;
- Reforço de parcerias com maior envolvimento da Sociedade Civil e nomeadamente das comunidades, Igrejas, ONGs e Sector privado

mais neste sentido alguns, **PROGRESSOS ALCANÇADOS**, dentre os quais.

- Publicação da nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº2/2003)
- Publicação da Lei sobre o Ensino Particular e cooperativo (Lei nº11/93)
- O Governo da RDSTP vem evidenciando esforços para a implementação da "Iniciativa 20/20" desde 2002 ^{este é o nome}
- Encontra-se em curso a construção de 40 salas de aulas para o alargamento do ensino básico obrigatório de 6 anos.
- Foram construídas 3 escolas integradas (Porto Alegre, Desejada, Água Izé)
- Existe um programa de apoio as famílias carênciadas – "Programa Bolsa Escola"
- Reactivação da EFOPE (escola de formação de professores e educadores)
- Tem realizado cursos de promoção de encarregadas e monitoras dos jardins e creches
- Abertura do ISP " Instituto Superior Politécnico"(Formação de professores para o ensino secundário)
- Formação dos directores de escolas e gestores de órgãos centrais do Ministério
- Foi elaborado a carta escolar

e também este ano o programa apoio às famílias carênciadas da forma de implementação de aulas de reforço, a nível do ensino primário e secundário.

A Saúde é o eixo fundamental que o Governo no seu programa prevê para assegurar a melhoria dos cuidados das crianças.

SAÚDE- SITUAÇÃO ACTUAL

A mortalidade infantil em STP que decresceu de forma significativa nos anos 1980 (com 51,2 por mil nascidos vivos em 1981), em grande parte reflectindo os esforços desenvolvidos no quadro da campanha para erradicação do paludismo então encetada, sofreu uma reversão na primeira metade da década de 90, tendo aumentado, entre 1991 e 1995, de 60,8 para 89 por mil nascidos vivos. Essa tendência inverteu-se de novo desde então, vindo a mortalidade infantil a decrescer situando-se em 60,8 em 2002.

Sustentação

Igual tendência se verificou para a mortalidade juvenil (menores de 5 anos) que cresceu de 120 para 138 entre 1991 e 1995 para começar a decrescer desde então para situar em 101 por mil nascidos vivos em 2002.

O paludismo, as infecções respiratórias agudas e as infecções diarreicas agudas são a primeira, segunda e a terceira causas respectivamente de morbi-mortalidade em crianças no país.

A estratégia de luta contra o paludismo adoptada pelo Governo e o envolvimento

A malnutrição revela-se também um sério problema de saúde infantil. Segundo o Multiple Indicador Cluster Survey (MICS) de 2002, 29% das crianças apresentavam um atraso de crescimento de 4% eram extremamente magras para a sua estrutura. 15% das crianças pesaram menos 2500 gramas ao nascimento (Política de Saúde Reprodutiva, 2003)

das crianças com sintomas de Sarampo. Certas crianças podem morrer devido a isso.

Os níveis da cobertura vacinal são relativamente bons (BCG 97,9%; DPT389,8%; Pólio, 90,1% e Sarampo,83,8% de acordo com o PSR, 2002). Torna-se todavia necessário um esforço suplementar com vista a aumentar os níveis de cobertura para a vacina contra o Sarampo que podem perfeitamente atingir os da BCG nos próximos anos.

DESAFIOS → Redução da

infant mortality

Partindo de uma taxa de MI de 120 em 1990, cumprir a meta fixada para esse objectivo significaria uma redução da MI para 20 e da M Infante-juvenil para 40 em 2015. Isto é perfeitamente factível desde que se vençam os principais desafios relacionados com a luta contra a

pobreza em geral e em particular na sua componente saúde, nomeadamente:

Reforço dos serviços de saúde distritais traduzindo-se em maior acessibilidade das populações aos cuidados de saúde e maior equidade;

Formação e capacitação de mais recursos humanos para o sector da saúde;

Controle do paludismo;

Implementação e consequente do Pacote mínimo de cuidados de saúde com a sua componente de Saúde Reprodutiva a nível periférico e em particular da Atenção Integradas a Doenças Infantis;

Abastecimento em água e saneamento do meio;

Reforço dos níveis de cobertura vacinal;

Dinamização da luta contra a sida que impeça o crescimento vertiginoso da incidência dessa doença no país.

PROGRESSOS ALCANÇADOS

- ☐ Protecção materno infantil
- ☐ Larga campanha de vacinação
- ☐ Estratégia de luta contra o paludismo
- ☐ Estratégia de luta contra o sida
- ☐ Criação de um Centro de atendimento e aconselhamento para o sida

JUSTIÇA – SITUAÇÃO ACTUAL

O sistema jurídico legal em SPT perspectiva a criança como um ser diferente do adulto, com especificidades próprias e como sujeito de direitos

O sistema estrutura-se na ideia de que os direitos da criança devem ser desenvolvidos, principalmente, no seio da família, reconhecida como elemento fundamental da sociedade e a principal instituição socializadora da criança, merecendo, por isso, a protecção do Estado e da sociedade.

Os direitos fundamentais da criança estão consagrados logo na Lei Fundamental da República- a Constituição de 1990. Entre outros aspectos a constituição enuncia o direito da criança ao respeito, à protecção da Sociedade e do Estado com vista ao seu desenvolvimento integral, estabelece a igualdade entre os filhos nascidos do casamento e fora deste bem como a obrigação dos pais na educação e manutenção dos filhos.

*de Sida e
Comunidade
vital O
O-ISA)*

*52
52*

PROGRESSOS ALCANÇADOS

Apesar de tudo hoje podem-se indicar algumas verdadeiras conquistas no âmbito dos direitos da criança em STP, dentre as quais se podem destacar:

A campanha de registo de crianças realizada em finais de 2003, a qual constatou que

O Parlamento infantil que constituiu um momento particular de participação das crianças, tendo já sido realizado por 3 ocasiões criando-se assim uma pratica consistente e importante de participação organizada, onde as mesmas têm o privilégio de apresentar as suas preocupações

Em colaboração com o Unicef uma Análise da situação da criança e da mulher foi feita em 2001 estando em curso actualmente a sua actualização em 2004 de forma participativa.

O já mencionado surgimento de várias ONG específicas para lidar com questões da criança e da mulher nomeadamente em domínios como a educação, saúde, protecção da criança e ocupação de tempos livres.

mandado de
sim e
caso expu
no par
de base des
dos de
sistem e

dos
diagnos
pedagog
umab
com

DESAFIOS a curto prazo

- Criação de um centro de aconselhamento de menores;
- Criação de tribunal de menores e família;
- Registo gratuito de crianças;
- Criação de um posto fixo nas maternidades e postos hospitalares para o registo das crianças
- Revisão do Decreto Lei nº 417/71, que regula o Estatuto Jurisdicional de menores

programa Triateral para a Educação dos rapazes
existência de um centro contra a violência
de protecção de um sistema de acompanhamento

DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO CDC

A análise efectuada permite verificar que apesar de algumas acções empreendidas, implementação e harmonização da Convenção com as Leis Nacionais, continua sendo uma tarefa por completar.

→

Os resultados alcançados estão, por isso, ainda aquém dos objectivos preconizados para se atingir melhorias significativas ao nível do bem estar e desenvolvimento das crianças e dos jovens devidos a constrangimentos vários, entre os quais se destacam: a inexistência de um programa de desenvolvimento a médio e longo prazos e a falta de coordenação, possibilitando a visão de conjunto e o impacto dos programas dirigidos à melhoria da situação das crianças. |

Embora o país tenha ratificado a Convenção dos Direitos da Crianças ainda em 1991, e a Constituição, bem como as Leis avulsas assegurem os direitos fundamentais da pessoa humana e a não discriminação, a cobertura legislativa está longe de ser satisfatória, existindo ainda alguns aspectos que carecem de ser regulamentadas, tais como a criação de mecanismos seguros para o exercício efectivo da protecção e segurança de todas as formas de violação e violência contra as crianças. Do mesmo modo o processo de sensibilização entregue praticamente apenas a acção descoordenada das ONGs não tem contribuído para ter um grande impacto no seio da sociedade.

Não havendo nenhuma instituição criada para tutelar directamente as questões relativas às crianças, as acções ainda que positivas situam-se de forma dispersa pelos sectores públicos e de carácter cívico, sem que se possa ter a perspectiva de conjunto, e verdadeiramente a sociedade possa ser mobilizada em defesa dos direitos das crianças.

Apoio da UNICEF.

Agendamentos -